

PROCESSO					RESPONSÁVEL																	
FOMENTAR A TRANSPARÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA					Diretoria Geral de Controle Externo																	
OBJETIVO																						
Promover a transparência ativa e passiva da Administração Pública, promovendo a prestação de contas e o controle social.																						
CLIENTES			INDICADOR				REGULADORES															
- Cidadão. - Órgãos de controle e fiscalização. - Mídia e organização da sociedade civil. - Jurisdicionados.			- Índice de transparência da Administração Pública. - Índice de transparência das ações do TCE.				- Lei nº 12.527/2011 de acesso à informação. - Lei nº 101/2000 de responsabilidade fiscal. - Lei nº 13.460/2017 de defesa dos usuários de serviços públicos.															
EVENTO INICIAL (DE)					RESULTADO (ATÉ)																	
Inclusão das fiscalizações em transparência pública no Plano Anual de Fiscalização (PAF).					Acompanhamento das determinações e recomendações.																	
INTERFACES DE ENTRADA	Sociedade / Unidades Técnicas		Atricon		Jurisdicionado			Jurisdicionado														
ENTRADAS	Demandas de fiscalização		Ofício início do PNTP		Informação			Interposição de recurso														
ETAPAS	Prever ações de fiscalizações no PAF		Planejar a fiscalização		Construir a matriz de planejamento		Realizar a análise preliminar		Determinar providências		Analisar defesa/revelia		Emitir parecer do MPC		Elaborar relatório e voto		Julgar o processo		Analisar e julgar recurso		Acompanhar determinações e recomendações	
SAÍDAS	Plano Anual de Fiscalização com fiscalizações		Sugestão de critérios a serem avaliados		Comunicação processual			Voto do relator		Processo julgado		Recurso julgado		Notificação								
INTERFACES DE SAÍDA	Sociedade		Atricon		Jurisdicionado			Jurisdicionado		Jurisdicionado		Jurisdicionado		Jurisdicionado		Jurisdicionado						
EXECUTOR(ES)					SISTEMAS E EQUIPAMENTOS																	
Responsável pela DIGCE; Colaboradores da DICE's ; Relatorias; MPC; DILIG; COREC; Câmaras.					Avaliar - Portais da Transparência; E-Contas; Ativos de Informática; Mobiliário de escritório; SFG ; Sistema de benefício; ACD.																	
RISCO(S)					OPORTUNIDADES																	
Falta de adesão pelos jurisdicionados para realizar a autoavaliação. Avaliação equivocada do portal avaliado.					- Plano Anual de Formação e Capacitação de 2025 e 2026. - Fomentar a transparência pública do TCETO. - Aprimorar a Transparência Pública (Radar da Transparência).																	